

ESTUDOS SARAMAGUIANOS

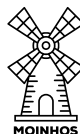
DO MITO AO ROMANCE



ESTUDOS SARAMAGUIANOS

DO MITO AO ROMANCE: UMA LEITURA DO EVANGELHO SEGUNDO SARAMAGO

Conceição Flores



Ao Jorge (*in memoriam*) meu companheiro da vida e de todas as travessias.

À Cláudia, ao Pedro e Rômulo, inseparáveis da minha vida.

Ao João Pedro, Guilherme Jorge, Michael, Anna Patricia e Maria Clara, a quem tenho a alegria de ver crescer.



SUMÁRIO

9 NOTA INTRODUTÓRIA

11 PREFÁCIO

13 LISTA DE ABREVIATURAS

15 INTRODUÇÃO

21 1. O DISCURSO MÍTICO OU A LEITURA
 DOS QUATRO EVANGELHOS

85 2. O ROMANCE: O MITO REVISITADO E REVISTO

241 CONCLUSÃO

245 BIBLIOGRAFIA

255 ANEXO — CARTA DE JOSÉ SARAMAGO
 ENVIADA A AUTORA



NOTA INTRODUTÓRIA

Este livro originou-se da pesquisa realizada para a escrita da dissertação de mestrado sobre o romance *O Evangelho segundo Jesus Cristo* (1991), de José Saramago, defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em maio de 1999, sob a orientação do professor Eduardo de Assis Duarte. A banca examinadora composta pelos professores Benjamin Abdala Júnior, da Universidade de São Paulo (USP), e Antônio Wagner Nery, da UFRN, considerando a relevância do texto para a fortuna crítica do autor, indicaram-no para publicação. Em 2000, a Editora da UFRN publicou o livro, que teve a circulação restrita ao meio universitário brasileiro. A pesquisa foi feita com rigor e paixão e respondeu à problemática levantada pelo romance saramaguiano, que apresenta Jesus Cristo sobre o enfoque humano, viés que entra em conflito com a versão bíblica. Pesquisando evangelhos canônicos e apócrifos, bem como fontes históricas e religiosas, percorri o trajeto que vai do mito cristão ao romance, evidenciando aspectos patentes no texto literário que encontram eco em textos rejeitados pela Igreja. Entrego, pois, aos leitores, esta nova edição, esperando que as reflexões aqui apresentadas contribuam para a compreensão da construção do mito e para a história do cristianismo, inseparável da nossa própria história.

Conceição Flores

Natal, 14 de junho de 2021



PREFÁCIO

Nesta leitura do Evangelho, segundo a ótica de José Saramago, o leitor encontra uma maneira de sentir e pensar a realidade do ponto de vista do homem, dos valores humanos. Essa é uma das linhas de força deste estudo de Conceição Flores sobre o polêmico romance do autor português, prêmio Nobel de literatura. Para tanto, o livre jogo da criação verbal do escritor — de acordo com a estudiosa — solicita desautomatização e questionamento do mito cristão estabelecido, apropriado que foi pelos poderes religiosos e políticos. Não para substituí-lo por outros discursos dogmáticos, mas para situá-lo num diálogo crítico com o (seu) texto de ficção. Revela assim o escritor o direito à autodeterminação humana contra todas as formas de autoritarismo.

Ao discurso dogmático de origem, portador de uma verdade única e essencialista, opõe-se, pois, a historicidade do discurso literário de Saramago. Dessacraliza o mito ao deslocá-lo das alturas a que foi alçado pelos poderes constituídos, para o prosaísmo das existências humanas. Para tanto, como o leitor verificará neste excelente estudo, o escritor valer-se-á de uma apropriação desrespeitosa dos textos canônicos que engendram o mito cristão. É dessa referência básica que a fantasia do escritor procurará estabelecer uma nova versão, que pretende mais verdadeira do que aquela encontrada nos textos de origem. Um dos procedimentos básicos utilizados nessa apropriação — fundamenta a crítica — é a paródia. Pela subversão paródica, restabelece-se uma atmosfera humana escamoteada quando as narrativas orais referentes a Jesus foram espartilhadas de uma forma dogmática no mito cristão. Restabelecem-se assim, pela via ficcional, valores sociais e políticos libertários, tais como eles são vistos desde a atualidade. E como se poderia afirmar, parafraseando um fecho tradicional das narrativas orais: o relato de Saramago postula-se como verdadeiro, mesmo que os fatos nunca tenham acontecido.

Benjamin Abdala Junior

Universidade de São Paulo



LISTA DE ABREVIATURAS

Apoc	Apocalipse
At	Atos dos Apóstolos
Cor	Coríntios
Cl	Colossenses
Ct	Cântico dos Cânticos
Dt	Deuteronômio
Ecl	Eclesiasastes
Eclo	Eclesiástico
Ef	Efésios
ESJC	<i>O Evangelho segundo Jesus Cristo</i>
Ex	Êxodo
Fm	Filêmon
Gn	Gênesis
Jer	Jeremias
Jó	Livro de Jó
Jo	João
Jz	Juízes
Is	Isaías
Le	Levítico
Lc	Lucas
Mal	Malaquias
Mc	Marcos
MC	<i>Memorial do convento</i>
MPC	<i>Manual de pintura e caligrafia</i>
Miq	Miqueias
Mt	Mateus
Pd	Pedro
Pv	Provérbios
Sam	Samuel
Tm	Timóteo



INTRODUÇÃO

De fingimentos de verdade e de verdades de fingimento se fazem,
pois, as histórias.

José Saramago

Há um país onde o mar acaba e a terra principia. Esse país, dizem, surgiu de uma intervenção pessoal de Deus, pois um Portugal independente fazia parte da ordem divina. Passados muitos séculos, um escritor, historiador e pesquisador ousou esclarecer o passado, negando a realidade do fato. Tudo não passava de uma “fábula”, que, transformada em lenda, dava sustentação à origem divina de Portugal. Atacado na imprensa da época e por alguns pregadores no púlpito, a polêmica afirmação de Alexandre Herculano provocou debates ardentes durante largos anos e ficou quase tão célebre como a batalha que lhe deu origem. Alguns anos depois, foi publicada *A relíquia*, crítica ao catolicismo à portuguesa; era a “Santa Ironia”¹ queirosiana lançando um olhar perspicaz sobre o clero, as beatas e até sobre o mito de Cristo. A crítica, contudo, não registra ecos de polêmica. Já século XX, Fernando Pessoa e suas *personae* cantaram em verso uma nova visão do mito de Cristo, somente “mais um deus”. E novamente o silêncio². Depois veio a ditadura. Não se podia discutir Deus e sua virtude, nem a Pátria e a Nação, nem a autoridade e seu poder (cf. Decreto salazarista, p. 71). A nação tinha que cantar em uníssono. As vozes dissonantes eram silenciadas nas prisões ou passavam, clandestinamente, as fronteiras indo refugiar-se no estrangeiro. Na primavera de 1974,

¹ Termo com que Eça de Queiroz designava o processo de deixar transparecer os limites e os ridículos tanto de seus personagens como da época, surgido em artigo publicado em *As farpas* (cf. Saraiva, 1996, p. 864).

² Sabemos que Pessoa colaborou em várias revistas da época, nas quais foram publicados alguns poemas. A circulação da obra do poeta era restrita, ganhando o merecido reconhecimento após sua morte. Também sabemos, por experiência própria, que até os anos 1970 o Pessoa que os alunos de Liceu conheciam era apenas o que cantava Portugal e alguns outros poemas que não tocavam neste assunto.

com os Cravos Vermelhos de Abril, a liberdade ressurgiu. Esse é o nosso país e esse é também o nosso passado.

Como emigrantes, partícipes de um Portugal que se faz à distância e de um Brasil que nos envolve, encontramos em *A jangada de pedra* (1986) a alegoria de sermos portugueses. A jangada de pedra, a Península Ibérica à deriva, estacionando algures no Atlântico Sul é “uma efabulação utópica onde a paridade peninsular amplia-se para a de uma comunidade ibero-afro-americana” (Abdala Junior, 1991, p. 552.). É feito jangada, que percorreu o Atlântico, desde os Açores até o continente americano, ancorada no Rio Grande do Norte, que mergulhamos no desafio deste trabalho.

José Saramago é um escritor com uma carreira literária muito original. Nasceu a 16 de novembro de 1922, em Azinhaga, uma aldeia ribatejana que não vem nos mapas de Portugal. De família camponesa, foi registrado como tendo nascido a 18 de novembro, para evitar a multa pelo atraso. O pai chamava-se José de Sousa; a mãe, Maria da Piedade. A família tinha a alcunha de “Saramago”, nome de planta silvestre, e o oficial do registro civil, toldado pelos vapores etílicos, registrou o menino com o nome de José de Sousa Saramago.

Saramago veio pequeno para Lisboa, mas continuou a ir regularmente a Azinhaga, e são dali as suas “impressões fundamentais”. Chegou a frequentar o Liceu Gil Vicente, mas as dificuldades econômicas da família impediram-no de prosseguir os estudos. Os pais, querendo dar-lhe uma profissão, matricularam-no na Escola Industrial. Como o escritor recorda, “era um ensino industrial bastante curioso, porque se aprendia literatura e francês”. Aos 18 anos, começou a trabalhar como serralheiro mecânico nos Hospitais Cívicos de Lisboa. Aí, também exerceu outras atividades — foi desenhador e trabalhador de serviços administrativos. Entretanto, lia “centenas de livros, sem nenhuma orientação”.

Em 1947, publicou o romance *Terra do pecado*, porém “não tinha credenciais, nem pertencia a grupos literários, não tinha passado e era bastante duvidoso que tivesse futuro” — recorda o autor — e o livro passou despercebido. Atravessou as décadas de 1950 e 60

com algumas publicações esparsas. Em 1966, publicou *Os poemas possíveis*, em 1970, *Provavelmente alegria*, em 1975, *O ano de 1993* e só em 1977 voltou à ficção com *Manual de pintura e caligrafia*³.

Durante esse tempo, teve vários empregos. Trabalhou como funcionário público, foi tradutor, crítico literário (*Seara nova*, 1969), editorialista no *Diário de Lisboa*, tendo chegado a coordenar o suplemento literário desse jornal, em 1972, durante alguns meses. Ateu confesso, membro do Partido Comunista Português desde 1969, Saramago chegava a vender 25 exemplares do *Avante* (jornal do partido), verdadeiro recorde naquele tempo. Foi uma personalidade ativamente envolvida na vida pública do seu país, tendo desenvolvido uma militância política solidarizada com as conquistas da Revolução de 1974 (*Apud* Nunes, 1998, p. 89)⁴.

Em 1975, com a derrota da ala revolucionária do 25 de Abril, Saramago foi demitido do *Diário de Notícias*, onde era diretor adjunto. A orientação política que sempre imprimiu aos seus textos, “sem sujeição a ordens, viessem elas de onde viessem”, teve consequências e todas as portas se fecharam. Recordando esses tempos, declarou que “a seguir ao 25 de Novembro, [não encontrou] uma única pessoa disposta a oferecer (me) [lhe] um trabalho regular. Mesmo aqueles que mais obrigação teriam” (*Apud* Rodrigues da Silva, 1997, p. 13). Desempregado, vivendo de traduções, a escrita passou a ser um projeto mais sério⁵. Antes de escrever *Levantado do chão* (1980), conheceu profundamente as pessoas, ouviu suas histórias, conheceu os lugares, o Alentejo. Nesse livro surgiu uma nova maneira de contar a história, um estilo pessoal marcado “por uma nova gramática, uma nova escrita” (*Apud* Rodrigues da Silva,

3 Em 1953, concluiu *Claraboia*. O datiloscrito encaminhado aos editores só reapareceria anos mais tarde quando o escritor já era reconhecido. O romance resgatado só foi publicado postumamente, por decisão do autor; saiu em 2011.

4 As citações de Saramago, contidas nesta página, foram extraídas do artigo supracitado.

5 Em 1979, foi realizada a montagem de *A noite*, primeira peça de Saramago, pela Companhia de Teatro de Almada. É o relato da noite de 25 de Abril vivida na redação de um jornal diário, mostrando as tensões existentes entre os jornalistas que apoiavam, servilmente, o regime e os que tinham a esperança de que os acontecimentos anunciassem um novo tempo. Um veterano jornalista antifascista, *alter ego* do autor, desempenha um papel ativo nos acontecimentos daquela noite. No Brasil, esta peça foi publicada em *Que farei com este livro?*.

1997, p. 13): a marca de Saramago. A consagração chegou com o *Memorial do convento* (1982), que lhe deu projeção internacional. Ao ritmo de um romance a cada dois anos, de diversos prêmios conquistados, nacionais e internacionais, entre eles o Prêmio Camões em 1995, com o decorrer do tempo tornou-se um crônico candidato ao Nobel. Finalmente, em outubro de 1998, foi-lhe atribuído o prêmio máximo da literatura.

Em finais de 1991, José Saramago publicou *O Evangelho segundo Jesus Cristo*. Em Portugal, então, acendeu-se uma vasta polêmica nos órgãos de imprensa e a obra acabou sendo censurada pelo Governo, que vetou a sua indicação ao Prêmio Literário Europeu. Caso fossem outros os tempos, o que não seria? Esse livro exerce em nós uma tal sedução que nos levou a elegê-lo para este estudo.

Este nosso trabalho insere-se numa linha comparativista, já que, como a própria obra sugere, o percurso a ser seguido passa, obrigatoriamente, pela leitura comparativa entre os evangelhos e o *Evangelho* de Saramago. Para a linha ortodoxa da literatura comparada, contudo, não passaremos pela chancela da alfândega, pois iremos trabalhar com narrativas escritas em português. A Bíblia, pelo seu estatuto de texto supranacional, rompe as fronteiras linguísticas, não se configurando como propriedade de nenhuma nacionalidade⁶. Existe, hoje em dia, um consenso, na escola comparativista norte-americana, partilhado por brasileiros, de que não é imprescindível ultrapassar a barreira linguística para se fazer Literatura Comparada, admitindo-se também estudos comparados entre diferentes áreas de conhecimento, inclusive a religião⁷. Ora, essa obra dialoga parodicamente com os evangelhos. Assim, o primeiro capítulo é dedicado ao mito, à abordagem teórica, e à leitura dos evangelhos. No segundo capítulo, fazemos um percurso

⁶ Não nos estamos referindo à Bíblia judaica, mas sim à partilhada por todos os cristãos, que, com exceção de alguns livros, é a mesma para todos. Abordaremos essa problemática mais à frente.

⁷ Vejam-se, sobre este assunto, os textos de René Wellek (p. 108-119) e de Henry H. H. Remak (p. 175-190) publicados em *Literatura comparada: textos fundadores*, livro organizado por Eduardo F. Coutinho e Tânia Franco Carvalhal.

teórico pela teoria da paródia, seguindo-se a leitura comparativa de *O Evangelho segundo Jesus Cristo* com os evangelhos.

É, pois, lançando-nos pelos caminhos dos fingimentos de verdade e das verdades de fingimento que iremos percorrer as sendas que transitam do mito ao romance.



O DISCURSO MÍTICO OU A LEITURA DOS QUATRO EVANGELHOS

Uma mitologia é um modelo cultural que exprime a maneira pela qual o homem quer formar e reformular a civilização que ele mesmo criou.

Frye

A literatura não é uma descrição do mundo, mas uma expressão dos valores de uma sociedade, um mundo imaginado.

Todorov

1.1. O MITO

O mito transmite-se através de dois grandes meios: a palavra e a forma plástica.

Victor Jabouille

A arqueologia do mito remete-nos, na Grécia Antiga, para uma nebulosa, onde se acumularam, na práxis da escrita, sentidos opostos e permutáveis, sobressaindo, contudo, o de resto, algo não confiável, que a história deve desprezar. Homero foi o primeiro a usar a palavra *mythos* na *Ilíada* e na *Odisseia* com o sentido de palavra narrada, história, narrativa. Já Hesíodo, em *Os trabalhos e os dias*, utiliza a palavra *logoi*⁸ para narrar as raças de ouro, prata, bronze e ferro. Para Píndaro, determinados “eventos” míticos, como a viagem dos Argonautas, a fonte do sol e o palácio de Cronos, pertencem ao domínio do *logos*; quando usa *mythos* refere-se à pluralidade, aos rumores, histórias enganadoras e de sedução, não confiáveis, como as de Dédalo. Heródoto, nas suas *Histórias*,

⁸ Cf. *Os trabalhos e os dias*, p. 30. A tradutora transcreve o original e, na página seguinte, apresenta a tradução. A palavra *logoi* é traduzida como “estória” (p. 31).

A cultura grega havia estigmatizado a palavra “mito”. Grandes filósofos, como Sócrates e Platão, questionavam os velhos deuses. Platão, em *Apologia de Sócrates*, narra como Sócrates foi condenado à morte sob a alegação “de não reconhecer os deuses reconhecidos pela cidade e também de praticar cultos religiosos novos e diversos” (Platão, 1996, p. 57). Sócrates, para defender-se, argumentou que o oráculo de Delfos o havia considerado o mais sábio de todos os homens e, refletindo sobre o que o deus havia dito, concluiu ser mesmo o mais sábio, por reconhecer que “quem sabe é apenas o deus”, pois a sabedoria do homem pouco vale. Em *Criton*, Sócrates revela sua crença na imortalidade da alma, em “reviver” e “no deus” e diz esperar encontrar no Hades “uma felicidade jamais desfrutada por ninguém”. Xenófanes (século VI a.C.) foi o primeiro a fixar a demarcação entre teologia popular e filosófica, atacando violentamente os deuses de Homero e Hesíodo (Jaeger, 1961, p. 28 e 118).

O que ocorreu na Grécia antiga foi uma valorização da razão e, por conseguinte, a filosofia passou a ocupar um lugar de destaque, sendo considerada por Aristóteles como uma teologia (Jaeger, 1961, p. 31). Assim, o *logos* passou a firmar o pensamento helenístico, e todos nós somos herdeiros desse legado.

Com o surgimento do cristianismo, o mito continuou a designar “ficção”, “mentira”, oposição conveniente à Verdade Absoluta que, daquele momento em diante se estabeleceu no mundo ocidental. Dois blocos antagônicos se formaram, pagãos e cristãos, representando “mentira” e “verdade”, respectivamente. O objetivo dos cristãos foi o de cristianizar o mundo inteiro, para que desaparecessem todos os rastros do mito. Por isso, durante milênios perdurou uma visão equivocada, pois o que os cristãos fizeram foi substituir uma mitologia por outra, formando um novo modelo cultural. E, assim, a acepção usual de “mito” cristalizou-se como “fábula”, “invenção”, “ficção”, “campo da literatura”, nunca do religioso.

Como vimos, durante séculos, a palavra estava associada à ideia de fábula, invenção, ficção. Culpa dos gregos que, desde Xenófanes (c. 565-470 a.C.), esvaziaram-na de todo o valor religioso, opondo-a a *logos* e mais tarde a *história*. Assim, ela passou a significar “o que não pode existir realmente”. O pensamento judaico-cristão abominava a mentira, e tudo o que não pudesse ser validado pela palavra sagrada pertencia a esse domínio, ou seja, ao do mito.

Atualmente, contudo, há um consenso entre a maioria dos etnólogos, antropólogos, sociólogos e historiadores das religiões. Para esses pesquisadores, o mito é “uma tradição sagrada, revelação primordial, modelo exemplar” (Eliade, 1963, p. 11)⁹.

A acepção tradicional de mito como “fábula”, “invenção”, “ficção” foi ultrapassada quando os pesquisadores se deram conta de que, nas sociedades arcaicas, o mito era considerado como uma “história verdadeira” (Eliade, 1998, p. 13), contava a origem do mundo, o surgimento do homem, como o homem devia agir, integrando-o

⁹ Todas as traduções de textos são de nossa autoria.

num processo cósmico que dava sentido à vida. Era a resposta às indagações humanas.

O mito pode apresentar-se como representação fantástica do mundo, como sistema de imagens fantásticas de deuses e espíritos que regem o mundo, ou como narrativas que contam os feitos dos deuses e heróis (Mielietinski, 1987, p. 199). Lévi-Strauss opõe a mitologia “explícita”, a que é transmitida através de narrações mitológicas, à mitologia “implícita”, aquela que se apresenta sob a forma de representações que podem ser extraídas da análise dos ritos. Qualquer que seja a forma em que se apresente, sempre visa transmitir conceitos globais, apresentando o que é de difícil compreensão de forma simplificada, reduzindo a essência das coisas à sua gênese, ou seja, explicar a estrutura das coisas significa narrar o modo como elas foram feitas, descrever o mundo é contar a história de sua criação. O mito é sempre uma tradição sagrada, um modelo exemplar pelo qual o homem se pauta, fixando os valores sociais, ideológicos e religiosos que regem uma sociedade. Nas sociedades arcaicas e antigas, ele preenchia o vazio das indagações do homem, sendo o dominante da vida cultural e da conceituação global.

Mielietinski (1987, p. 189) considera que o mito, nas sociedades arcaicas, era percebido como fonte primeira, uma espécie de realidade suprema, onde religião e concepções socioculturais e ideológicas, sua geração e funcionamento correspondiam às necessidades e fins práticos da comunidade. Mircea Eliade ressalta que, nas sociedades onde ele ainda está vivo, os indígenas separam cuidadosamente os mitos, “histórias verdadeiras”, das fábulas e contos, que chamam de “histórias falsas”. As “histórias verdadeiras” reatualizam um tempo sagrado, não podem ser contadas levianamente e são atualizadas nos rituais. Os mitos seguem sempre a linha da sacralidade e da rigorosa fidelidade. Distinguem-se das “histórias falsas”, profanas, que já não reproduzem fielmente os acontecimentos primordiais e podem ser contadas indistintamente (Eliade, 1998, p. 13-15).

O homem moderno está inserido na História, num tempo linear, ao passo que o das sociedades arcaicas considerava-se como o

resultado de certos acontecimentos míticos ocorridos num tempo primordial, o *in illo tempore*. O passado mítico não é apenas um tempo antecedente, mas uma época especial da criação primeira, o tempo mítico, o supratempo (*Ur-Zeit*), tempos iniciais que antecederam a contagem do tempo empírico. Nessa dicotomia, tempo inicial, sacro, e tempo empírico, profano, reside o primeiro tempo, tempo de exceção, que ultrapassa os limites do fluxo temporal, cronológico. É esse tempo de exceção à época dos objetos primordiais, das ações primeiras, do primeiro homem, tempo dos deuses, quando as coisas se identificavam com sua origem.

Havia, pois, um sincretismo pairando nesse tempo mítico, que desconhecia a heterogeneidade histórica e reduzia todas as mudanças do tempo empírico a atos únicos da criação, efetuados pelos demiurgos e heróis culturais. São esses protoacontecimentos que são reatualizados nos rituais e concebidos como paradigmas à luz dos quais os acontecimentos empíricos são explicados. Segundo Eliade, podemos dizer que os mitos, tal como eram vividos nas sociedades arcaicas, constituíam uma experiência “religiosa”, distinta da experiência habitual da vida cotidiana, já que essa “religiosidade” os reatualizava, não como meras comemorações, mas como reiterações. Revelam que o mundo, o homem e a vida têm uma origem e uma história sobrenaturais e que essa história é significativa, preciosa e exemplar (Eliade, 1998, p. 21-3).

O mito, portanto, explica e sanciona a ordem social e cósmica vigente, tem a função etiológica, de explicação das origens, e a axiológica, de fixação de valores. Mas não é em si mesmo uma garantia de “bondade”, ou seja, de que torne o homem “bom”, nem tão pouco de moral. Apenas revela modelos e dá uma significação ao mundo e à existência humana, fixando parâmetros axiológicos, operando direta ou indiretamente uma “elevação” do homem (Eliade, 1963, p. 180).

Para os primeiros teólogos cristãos, o mito tinha o sentido que se cristalizara no mundo greco-romano de “fábula”, “ficção”, “mentira”, por isso se recusavam a ver a Bíblia como relato mítico e Jesus como figura mítica. A originalidade do cristianismo reside na

A experiência religiosa do cristão está assente na imitação de Cristo como modelo exemplar, sobre a repetição litúrgica da vida, da morte e da ressurreição do Senhor e na contemporaneidade do cristão com o *illud tempus*, que começa com a Natividade em Belém e termina provisoriamente na Ascensão (1963, p. 208).

A conversão de Constantino foi o fato decisivo na oficialização do cristianismo. Desde 315, aparecem símbolos cristãos nas moedas e em 323 desaparecem as moedas com figuras pagãs. A Igreja recebeu um estatuto jurídico privilegiado, pois as sentenças dos tribunais episcopais eram válidas, mesmo em matéria civil. Com Teodósio (325-395), o cristianismo tornou-se religião de Estado e o paganismo foi proibido (Eliade, 1978, p. 392).

26

deter nessa problemática, mas nos historiadores da época reina um profundo silêncio. Flávio Josefo (37-100), em *Antiguidades judaicas* 18.3.3 §§ 63-64, apresenta um longo parágrafo dedicado a Jesus. Os exegetas bíblicos consideram que, provavelmente, esse texto sofreu várias interpolações de algum copista cristão, pois Josefo não testemunharia que se tratava do Messias. Transcrevemos abaixo o *Testimonium Flavianum*:

Por volta dessa época viveu Jesus, um homem sábio, se é que se deve chamá-lo de homem. Pois ele realizou feitos surpreendentes e era um mestre de pessoas que aceitam a verdade de bom grado. Conquistou a simpatia de muitos judeus e de muitos gregos. Ele era o Messias. Quando Pilatos, depois de ouvir as acusações feitas contra ele por homens da mais alta posição entre nós, condenou-o à cruz, aqueles que foram os primeiros a amá-lo não abandonaram a afeição que sentiam por ele. No terceiro dia reapareceu diante deles, de volta à vida, pois os profetas de Deus tinham previsto isso, além de outras maravilhas a seu respeito. E a tribo dos cristãos, que recebeu esse nome por sua causa, não desapareceu até hoje (*Apud* Crossan, 1994, p. 411).

Flávio Josefo, historiador judeu, nasceu em 37 d. C. Pertencente à aristocracia sacerdotal de Jerusalém, foi a Roma em 64 para defender alguns sacerdotes perante Nero e, ao voltar, tornou-se general da revolta judaica. Acabou rendendo-se a Vespasiano em 67, porém, como havia previsto que este seria imperador, foi libertado quando a profecia se concretizou. Testemunhou o cerco e a queda de Jerusalém, tendo sido intérprete de Tito, filho de Vespasiano e mais tarde imperador (79 a 81), granjeando, assim, a proteção de Roma. Josefo foi participante ativo e testemunha dos fatos que ocorreram durante o primeiro século, mas nem sempre é considerado confiável, pois passou de opositor a fiel defensor dos romanos. A *guerra dos judeus* foi escrita sob proteção, pensão e abrigo imperiais. Seu objetivo era justificar, por um lado, a intervenção romana, inclusive a destruição do templo e, por outro, enaltecer a ação dos judeus na sua luta para acabar com a guerra e salvar a cidade (Crossan, 1994, p. 128-9). Josefo faz, simultaneamente, a apologia do imperialismo romano e da aristocracia judaica e conclui, dizendo: “Se me detive tempo demais neste assunto,

Um texto do historiador romano Tácito (século II) também faz menção a Cristo. Falando do incêndio de Roma, ocorrido quando Nero era imperador, Tácito afirma que, “para desmentir os boatos”, o imperador arranhou “novos culpados”, que foram punidos “com requintes de crueldade”. Esses culpados pertenciam a uma “classe de homens odiados pelos seus vícios, que o povo chama de cristãos” (*Apud* Crossan, 1994, p. 413). Também dá conta de que:

Nosso objetivo não é discutir questões religiosas, nem a historicidade de Jesus Cristo. O que nos interessa é o estatuto da figura mítica, em contraponto ao Jesus ficcional de Saramago. Vemos, contudo, que os “testemunhos” históricos oscilam entre o pouco crível e laudatório de Josefo e as duras palavras de Tácito, para quem os cristãos não passavam de agitadores, meros seguidores de uma “superstição”.

Os tempos mudaram, de agitadores os cristãos passaram a ocupar o espaço do poder e, ao longo da história, encarregaram-se de silenciar as vozes dissonantes, cristalizando na cultura ocidental parâmetros etiológicos e axiológicos inquestionáveis por gerações e gerações. Galileu foi obrigado a negar sua teoria, para escapar da fogueira da Inquisição, mas *e pur si muove*; Darwin, desacreditado por ousar violar a criação divina, com a teoria da evolução das espécies.

O *Evangelho segundo Jesus Cristo* é um romance que dialoga parodicamente com o texto bíblico, com ênfase nos evangelhos. Dessacraliza, corrói os textos primeiros, que se querem eternos e imutáveis. No entanto, a ficção pertence à secularização, como Aristóteles ensina: a imitação de uma ação é o *mythos*, ou seja, ocorre um processo que se dá em “segunda mão”. A ordem ficcional é a do possível, onde não há mais obrigação de seguir fielmente os acontecimentos. Acontece que as narrativas literárias, como Frye observa, têm sua origem histórica nos mitos, ou melhor, no conjunto de mitos que formam uma mitologia. Um mito é uma narrativa (*mythos*) que conta, na maior parte das vezes, os atos e as façanhas dos deuses. Porque se trata de relatos, os mitos são, potencialmente, literários e têm a mesma configuração que outros tipos de narrativas, como os contos populares e as lendas, apesar desses últimos não terem a preocupação de ser reconhecidos como divinos, sagrados (Frye, 1994, p. 44).

Os mitos transportam-nos a um tempo em que a distinção entre sujeito e objeto era bem menos rígida que hoje e os deuses, personagens principais dos mitos, eram identificados tanto com elementos da natureza como com entidades a quem os mortais recorriam. Com o tempo, os deuses deixaram de ter essa função e passaram a povoar a literatura. Visto tratar-se de mitologias “desacreditadas”, a literatura tem vindo a perpetuá-los em prosa e verso, sem que isso tenha acarretado “problemas”.

Acontece, porém, que o mito de Cristo está vivo e presente em nossa sociedade, o que significa ser uma ideologia com milhares e milhares de seguidores. Toda ideologia acarreta uma crença,

princípios nos quais os adeptos acreditam e, nesse caso, o *credo* é o pressuposto inicial de admissão. Uma ideologia, segundo Frye, germina e tem êxito porque fornece a sua versão de tudo o que considera como pertinente à sua mitologia tradicional e utiliza essa versão para estabelecer um contrato social. Uma ideologia é, desse modo, uma mitologia aplicada e as adaptações dos mitos que ela realiza são as em que se deve acreditar ou pretender acreditar quando se está inserido numa estrutura ideológica. A crença, no sentido habitual do termo, é apenas uma declaração de adesão a uma ideologia (Frye, 1994, p. 45).

Uma ideologia acaba reduzindo, na maioria dos casos, a mensagem através de uma regra que impõe a seus adeptos uma obediência rígida, daí decorre a intolerância e perseguição a quem não se conforma com a norma estabelecida. Por isso, um cânone mitológico, o que vale dizer ideológico e/ou religioso, passa a ser o único válido, os outros passam a ser denunciados, quando não perseguidos e extirpados, pois são considerados heréticos, irreais e perniciosos à sociedade. Isso significa que a ideologia apresenta uma forte resistência que a impede de refletir sobre seu/s próprio/s mito/s e, no caso do cristianismo, o mito é visto como verdade absoluta, inquestionável, não como mito (Frye, 1994, p. 45-6).

Como vimos anteriormente, os mitos são narrativas sobre deuses, seres sobrenaturais, e constituíam os alicerces etiológico e axiológico nas sociedades arcaicas. Os que continuam vivos, como o cristianismo, seguem fundando valores e, para alguns, persistem como a única explicação da origem do homem e do mundo, apesar de a Igreja já se ter posicionado favoravelmente sobre as explicações científicas da origem do homem e do universo.

Quando os mitos perdem a função ideológica, ficam restritos à estrutura literária, como ocorreu com a mitologia clássica após a implantação do cristianismo. Já os mitos cristãos acabaram por ser “traduzidos na linguagem do *logos* e são ensinados e aprendidos sob esta forma” (Frye, 1994, p. 54) e deixam de funcionar como mitos, passando a ser considerados como fatos históricos ou narrativas que descrevem “o que realmente ocorreu.” A abertura do evangelho de